

[English translation of this article starts on page 3.](#)

[Subsequent Press releases from TimorGAP and Timor Resources are on pages 5 and 8.](#)

## **Timor Resources vai processar petrolífera timorense por falta de pagamento em projeto**

Díli, 02 mar 2023 (Lusa) – A empresa Timor Resources, envolvida na exploração de vários poços no interior sul do país, vai processar a petrolífera Timor GAP, parceira no projeto, por falta de pagamento da sua contribuição financeira, segundo fontes da empresa.

“Advogados da Timor Resources reuniram-se esta semana com advogados em Timor-Leste e o projeto vai parar quando a perfuração teste se concluir enquanto o operador legalmente processa a Timor GAP pelo não-pagamento da sua contribuição, contratualmente exigida”, disse fonte oficial da empresa à Lusa.

Em causa, segundo a mesma fonte, está o pagamento em atraso de 11 milhões de dólares (10,33 milhões de euros) correspondente ao que a Timor Resources diz serem obrigações contratuais de injeção financeira da Timor GAP, parceira a 50% no consórcio do projeto.

“A Timor GAP não fez o pagamento referente aos anos civis de 2022 e 2023 e estão agora em risco de perder a sua participação no projeto”, explicou.

A Lusa tentou, sem sucesso, obter declarações da Timor GAP.

O processo legal contra a Timor GAP ocorre numa altura em que a Timor Resources informou a Lusa que deverá concluir nos próximos dias a perfuração até aos 3.100 metros do poço mais profundo em terra em Timor-Leste, conhecido como Lafaek-1, e cuja perfuração chegou já aos 3.060 metros.

A empresa vai avançar depois para os testes de perfuração da coluna (Drill stem test - DST) que vão ajudar a definir os recursos de petróleo e gás disponíveis que a operadora antecipa serem “muito bons, devido à elevada pressão registada no poço”.

O Lafaek-1 é a terceira perfuração da Timor Resources na zona nos últimos 12 meses com os dados das primeiras duas a revelarem a existência de petróleo a vários níveis.

“O potencial permanece muito alto relativamente a uma descoberta significativa na estrutura do Lafaek, com pressões de hidrocarbonetos superiores a 8000psi, indicativo de potencial de uma reserva recuperável significativa”, refere em comunicado enviado à Lusa.

“Se o poço atual puder ser perfurado até ao fundo do intervalo de hidrocarbonetos, estamos confiantes de que algo significativo pode ser testado e quantificado, dando certeza relativamente à alocação de recursos”, explicou Perry Aarts, responsável pela perfuração.

A empresa considera que o trabalho sísmico realizado na zona em 2018 foi particularmente significativo para a análise de potenciais recursos na zona, tendo o Lafaek-1 sido “perfurado para cruzar uma grande estrutura”.

A perfuração encontrou uma secção de 130 metros com “níveis de gás altamente elevados”, estando agora em curso trabalho para definir a espessura total do intervalo.

“O valor de gás dessa reserva potencial é significativo. As indicações de hidrocarbonetos mais pesados no gás podem ser um precursor do petróleo na parte inferior e proporcionar um rendimento comercial significativamente aumentado”, refere a empresa.

Dado o teor de gás do poço, a operadora está a utilizar um furo de pouco mais de um centímetros de diâmetro, “a menor configuração possível” devendo os testes DST ser conduzidos nos próximos dias.

Os resultados dos testes DST serão dados a conhecer, depois de concluídos, num comunicado conjunto com a Autoridade Nacional de Petróleo e Minerais (ANPM), o regulador timorense do setor.

O processo judicial traduz uma disputa que se arrasta há vários anos e em que, segundo documentos a que a Lusa teve acesso, a TR acusa a Timor GAP de não querer resolver o assunto ou sequer reconhecer que a disputa existe.

Os documentos indicam que a disputa existe desde 2019, tendo a TR apresentado uma notificação de disputa formal, no quadro do acordo do consórcio, em agosto de 2021.

Apesar da disputa, a TR tem continuado o projeto de exploração, o primeiro em terra nos últimos 50 anos, com um investimento de 64 milhões de dólares (60,1 milhões de euros) desde 2017.

A empresa anunciou em junho passado que esperava iniciar a produção em dois dos poços no final de 2023, após a confirmação da existência de reservas de 24,2 milhões de barris de petróleo e de 1,3 mil milhões de pés cúbicos de gás natural.

O Governo timorense concedeu em abril de 2017 à Timor Resources as primeiras licenças de exploração e produção de petróleo no interior do país, abrangendo uma área de cerca de dois mil quilómetros quadrados em quatro municípios do sul do país.

O Bloco A - nos municípios de Covalima e Maliana - e o Bloco C - nos municípios de Manufahi e Ainaro - foram adjudicados, em regime de Contratos de Partilha de Produção (PSC), à Timor Resources Pty Ltd, uma empresa australiana que faz parte do Nepean Group.

O Bloco B foi adjudicado à Timor GAP Onshore Block, uma subsidiária da empresa pública petrolífera Timor GAP.

Em causa está a interpretação sobre direitos e obrigações dos parceiros do consórcio – Timor Resources, Timor GAP e subsidiárias – nomeadamente sobre o financiamento da exploração em nome das partes, apesar de terem uma participação conjunta idêntica no consórcio.

Nos documentos, a TR mostra-se confiante na interpretação de que a sua obrigação é limitada ao valor da sua participação no consórcio (50%), até um máximo de 27,5 milhões de dólares (25,8 milhões de euros) cada, no valor total de 55 milhões de dólares (53,2 milhões de euros).

A posição da Timor GAP, refere-se nos documentos, é de que não há limite ao valor das obrigações da Timor Resources relativamente às subsidiárias.

A Timor Resources não avançou até agora para um eventual processo de arbitragem, considerando que o processo poderia condicionar a capacidade de a empresa angariar financiamento.

O processo de arbitragem, que se pode alargar no tempo, poderia representar custos elevados com “efeitos drásticos” e a eventual suspensão da exploração em curso, pelo menos até uma decisão, sustenta a TR.

Um processo deste tipo, nota-se ainda nos documentos, poderia igualmente “causar danos à reputação quer da Timor Resources quer do Estado timorense” contribuindo “para limitar ainda mais a capacidade de Timor-Leste atrair investidores no futuro”.

ASP // CAD Lusa/Fim

## **Timor Resources will sue Timor oil company for lack of project payment**

DILI, 02 Mar 2023 (Lusa) - The company Timor Resources, involved in the exploration of several wells in the southern interior of the country, will sue the oil company Timor GAP, partner in the project, for failure to pay its financial contribution, according to company sources.

“Lawyers from Timor Resources met this week with lawyers in Timor-Leste and the project will stop when the test drilling is completed while the operator legally sues Timor GAP for non-payment of its contractually demanded contribution,” the company’s official source told Lusa.

In question, according to the same source, is the arrears payment of \$11 million corresponding to what Timor Resources says are contract obligations for financial injection of Timor GAP, a 50% partner in the project consortium.

“Timor GAP has not made the payment for the calendar years 2022 and 2023 and are now at risk of losing their participation in the project,” he explained.

Lusa tried unsuccessfully to get statements from Timor GAP.

The legal process against Timor GAP occurs at a time when Timor Resources informed Lusa that it will have to complete in the coming days drilling up to 3,100 meters of the deepest well onshore in Timor-Leste, known as Lafaek-1, and whose drilling has already reached 3,060 meters.

The company will then move forward with Drill stem tests (DST) which will help determine the available oil and gas resources that the operator anticipates are “very good, due to the recorded high pressure at the well”.

Lafaek-1 is Timor Resources’ third drilling in the area in the last 12 months with data from the first two revealing the presence of petroleum at multiple levels.

“The potential remains very high regarding a significant breakthrough in the Lafaek structure, with hydrocarbon pressures above 8000 psi, indicative of the potential for a significant recoverable reserve,” says a statement sent to Lusa.

“If the current well can be drilled to the bottom of the hydrocarbon range, we are confident that something significant can be tested and quantified, providing certainty regarding the allocation of resources,” explained Perry Aarts, responsible for the drilling.

The company considers seismic work carried out in the area in 2018 was particularly significant to the analysis of potential resources in the area, with Lafaek-1 being “drilled across a large structure”.

Drilling found a 130-meter section with “high gas levels”, work is now underway to determine the full thickness of the range.

“The gas value of this potential reserve is significant. The indications of heavier hydrocarbon in the gas could be a precursor to oil on the bottom and provide significantly increased business revenue,” the company said.

Given the gas content of the well, the operator is using a scoop of just over a centimeter in diameter, “the smallest configuration possible” as DST tests are due to be conducted in the next few days.

The results of the DST testing will be made known, upon completion, in a joint statement with the National Petroleum and Minerals Authority (ANPM), the Timorese regulator of the sector.

The legal process translates a dispute that has been dragging on for several years and in which, according to documents Lusa had access to, TR accuses Timor GAP of not wanting to resolve the matter or even to acknowledge that the dispute exists.

The documents indicate that the dispute has existed since 2019, with TR submitting a formal dispute notification, under the consortium agreement, in August 2021.

Despite the dispute, TR has continued the exploration project, the first on the ground in 50 years, with an investment of \$64 million since 2017.

The company announced last June that it expected to begin production on two of the wells by late 2023, after confirmation of reserves of 24.2 million barrels of oil and 1.3 billion cubic feet of natural gas.

The Timorese government granted Timor Resources the first licenses for exploration and production in the interior of the country, covering an area of about two thousand square kilometers in four municipalities in the south of the country.

Block A - in the municipalities of Covalima and Maliana - and Block C - in the Municipalities of Manufahi and Ainaro - have been awarded under Production Sharing Contracts (PSC) to Timor Resources Pty Ltd, an Australian company which is part of the Nepean Group.

Block B has been awarded to Timor GAP Onshore Block, a subsidiary of the public oil company Timor GAP.

What is in question is the interpretation about the rights and obligations of the consortium partners - Timor Resources, Timor GAP and subsidiaries - namely about financing exploitation on behalf of the parties, despite having an identical joint stake in the consortium.

In the documents, TR is confident in the interpretation that its obligation is limited to the value of its participation in the consortium (50%), up to a maximum of \$27.5 million each, with a total value of \$55 million.

Timor GAP's position, referred to in the documents, is that there is no limit to the value of Timor Resources' obligations in relation to subsidies.

Timor Resources has so far not moved forward for a possible arbitration process, considering that the process could condition the company's ability to raise funding.

The arbitration process, which could be extended over time, could represent high costs with "drastic effects" and the eventual suspension of ongoing exploration, at least until a decision, says TR.

A process of this kind, it is still noted in the documents, could equally "cause damage to the reputation of either Timor Resources or the Timorese State" contributing "to further limit Timor-Leste's ability to attract investors in the future."



## **TIMOR GAP STATEMENT REGARDING FALSE CLAIMS BY TIMOR RESOURCES PTY LTD**

Dili, 03 March 2023

TIMOR GAP always meets its contractual obligations and completely rejects any false claims by Timor Resources Pty Ltd, a privately owned Australian oil and gas company, that it owes any money under the Joint Operating Agreement.

TIMOR GAP operates with the highest standards of integrity and transparency and remains committed to the rule of law and fulfilling all of its contractual obligations.

In reference to the article published by Lusa, on 2nd of March 2023, titled **“Timor Resources will sue Timorese oil company for lack of payment on project”**. The news contains several statements made by the company Timor Resources that are entirely false and damaging to TIMOR GAP’s good name. Therefore, we hereby clarify the following:

1. Pursuant to the contracts signed by Timor Resources with the State of Timor-Leste (Production Sharing Contracts – PSC) and with TIMOR GAP (Joint Operating Agreements – JOA) for the Blocks A and C (the “Blocks”), Timor Resources has assumed the full obligation to fund 100% of the costs incurred in the referred blocks, including the costs associated with TIMOR GAP’s participating interest (50%) during the exploration and development phase and until the first oil production. This obligation, which is commonly referred to in the oil industry as “Carry”, is usually assumed by foreign oil companies in relation to national oil companies, as is the case of TIMOR GAP.
2. In this respect, Timor Resources is contractually required to cover all costs incurred, and to be incurred, in the referred blocks until first oil production is achieved, should the ongoing exploration activity be successful and result in a declaration of commercial discovery.
3. This Timor Resources’ obligation, and respective Carry, is established in absolutely unequivocal terms in the referred contracts, PSC and JOA.
4. Considering the above, TIMOR GAP has no contractual obligations of paying any exploration and development costs, and therefore, TIMOR GAP is not in default as falsely alleged by Timor Resources.
5. On the contrary, it is Timor Resources that is in serious breach of its contractual obligations by refusing to fund in full the petroleum operations.
6. In addition, as of November 2022, Timor Resources has prevented TIMOR GAP from participating in the Operations Committee meetings, and has blocked TIMOR GAP’s access to any geological, technical, or financial information, which is also a serious breach of its obligations under the JOA.
7. It should be noted that during the negotiation of the referred PSCs and JOAs, Timor Resources made several statements, including by its CEO, assuming the commitment to funding the entire exploration and development operations, claiming to have the financial resources to do so.
8. On the other hand, Timor Resources is obliged before the State of Timor-Leste to continue operations in the said Blocks, pursuant to the provisions set forth in the PSC, regardless of any dispute with TIMOR GAP, and cannot suspend those operations as has been announced by Timor Resources.
9. Any unjustified suspension or interruption of operations would result in a serious breach of the PSC, which may result in the termination of this contract by the State of Timor-Leste.
10. As Timor Resources’ partner, TIMOR GAP expects that Timor Resources manages to gather the financial resources to continue the activities in the Blocks and to honor its obligations as a foreign investor to TIMOR GAP and the State of Timor-Leste.

## DEKLARASAUN TIMOR GAP NIAN RELASIONA HO REKLAMASAUN FALSU HUSI TIMOR RESOURCES PTY LTD

TIMOR GAP sempre kumpre ninia obrigasaun kontratuál no rejeita totalmente reklamasau falsu ruma husi Timor Resources Pty Ltd, kompañia mina no gás privadu Australia nian, katak iha debe osan ruma tuir Akordu Operasaun Konjunta.

TIMOR GAP funsiona ho padraun integridade no transparénsia ne'ebé aas liu no nafatin iha kompromisu ba estadu direitu no kumpre ninia obrigasaun kontratuál hotu.

Refere ba notisia ne'ebé publika husi Lusa, iha loron 2 fulan Marsu 2023, ho título "**Timor Resources sei foti prosesu hasoru kompañia mina Timor nian tanba la iha pagamentu ba projetu.**" Notisia ne'e iha deklarasaun balun ne'ebé kompañia Timor Resources halo ne'ebé totalmente falsu no estraga TIMOR GAP nia naran diak. Tanba nee, ami klarifika liuhusi ne'e:

1. Bazeia ba kontratu sira ne'ebé Timor Resources asina ona ho Estadu Timor-Leste (Kontratu Fahe Produsaun - PSC) no ho TIMOR GAP (Akordu Operasaun Konjunta - JOA) ba Bloku A no C ("Bloku sira"), Timor Resources asume ona obrigasaun atu finansia tomak (100%) kustu sira ba bloku refere, inklui kustu sira ne'ebé asociadu ho interese partisipativu TIMOR GAP nian (50%) durante faze explorasaun no dezenvolvimentu no to'o produsaun primeiru mina nian. Obrigasaun ne'e, ne'ebé baibain temi iha indústria petrolífera hanesan "Carry," baibain kompañia petrolífera estranjeiru sira asume iha relasaun ho kompañia petrolífera nasional sira, hanesan mos iha TIMOR GAP.
2. Relasiona ho ida-ne'e, Timor Resources iha obrigasaun atu kobre kustu hotu-hotu ne'ebé iha ona, no kustu ne'ebé atu kobre, iha bloku sira ne'ebé refere, to'o produsaun primeiru mina nian atinji ona, se atividade explorasaun ne'ebé la'o hela hetan susesu no rezulta deklarasaun deskobre komersial.
3. Timor Resources nia obrigasaun ida-ne'e no Carry ida-idak, estabelese iha termu klaru iha kontratu refere sira ne'e, PSC no JOA.
4. Refere ba informasaun iha leten, TIMOR GAP laiha obrigasaun kontratuál atu selu kualkér kustu explorasaun no dezenvolvimentu, tanba ne'e TIMOR GAP la iha situasaun inkumprimentu conforme falsamentu alegasaun husi Timor Resources.
5. Pela kontrariu, Timor Resources maka viola sériu ba ninian obrigasaun kontratuál, liu husi rekuza atu finansia tomak operasaun petróleu nian.
6. Aleinde ne'e, husi kedas Novemberu 2022, Timor Resources prevene TIMOR GAP husi partisipa iha sorumutuk sira husi Komisaun Operasaun, no blokea TIMOR GAP nia asesu ba informasaun jeolójiku, tékniku ka finanseiru ruma, ne'ebé mós nu'udar violasaun sériu ba nia obrigasaun sira tuir JOA.
7. Tenke nota katak durante negosiasaun PSC no JOA sira nee, Timor Resources halo deklarasaun oin-oin, inklui husi nia CEO, hodi asume kompromisu atu finansia operasaun explorasaun no dezenvolvimentu tomak, deklarara katak iha rekursu finanseiru atu halo ida-ne'e.
8. Iha parte seluk, Timor Resources iha obrigasaun iha Estadu Timor-Leste atu kontinua hala'o operasaun iha Bloku hirak ne'e, tuir provizaun sira ne'ebé defini ona iha PSC, maske iha disputa ruma ho TIMOR GAP, no labele suspende operasaun hirak-ne'e hanesan anunsia ona husi Timor Resources.
9. Kualkér suspensaun ka interrupsaun operasaun ne'ebé la iha justifikasaun sei rezulta violasaun sériu ba PSC, ne'ebé bele rezulta estadu Timor-Leste termina kontratu ne'e.
10. Nuudar Timor Resources nia parseiru, TIMOR GAP hein katak Timor Resources sei jere atu halibur rekursu finanseiru sira hodi kontinua atividade sira iha Bloku sira no atu respeita ninia obrigasaun nu'udar investidór estranjeiru ba TIMOR GAP no Estadu Timor-Leste.

## DECLARAÇÃO DA TIMOR GAP SOBRE FALSAS ALEGAÇÕES POR PARTE DA TIMOR RESOURCES PTY LTD

A TIMOR GAP cumpre sempre as suas obrigações contratuais e rejeita completamente quaisquer falsas alegações da Timor Resources Pty Ltd, uma empresa privada de petróleo e gás da Austrália, de que deve qualquer dinheiro nos termos do Acordo de Operações Conjuntas.

A TIMOR GAP opera em conformidade com os mais elevados padrões de integridade e transparência e continua empenhada no Estado de direito e no cumprimento de todas as suas obrigações contratuais.

Reportamo-nos à notícia publicada pela Lusa, no dia 2 de Março 2023, com o título **“Timor Resources vai processar petrolífera timorense por falta de pagamento em projeto.”** A notícia reproduz várias afirmações produzidas pela empresa Timor Resources que são inteiramente falsas e atentatórias do bom nome da Timor Gap. Em conformidade, vimos esclarecer o seguinte:

1. Nos termos dos contratos assinados pela Timor Resources com o Estado de Timor-Leste (Contrato de Partilha de Produção - PSC) e com a Timor Gap (Acordo de Operações Conjuntas - JOA) relativos aos Blocos A e C (os “Blocos”), a Timor Resources assumiu a obrigação de financiar a totalidade (100%) dos custos incorridos nos referidos blocos, incluindo os custos relativos ao interesse participativo da Timor Gap (50%) durante a fase de exploração e desenvolvimento e até à primeira produção de petróleo. Essa obrigação é habitualmente designada na indústria petrolífera por “Carry” e é normalmente assumida pelas companhias petrolíferas estrangeiras em relação às empresas petrolíferas nacionais como é o caso da Timor Gap.
2. Nesse sentido, a Timor Resources está obrigada a suportar a totalidade dos custos incorridos, e a incorrer, nos referidos blocos, até que seja atingida a primeira produção de petróleo caso a atividade de exploração em curso seja bem sucedida e resulte numa declaração de descoberta comercial.
3. Essa obrigação da Timor Resources, e o respetivo Carry, encontra-se estabelecida em termos absolutamente inequívocos nos referidos contratos, PSC e JOA.
4. Face ao exposto, a Timor Gap não tem qualquer obrigação contratual de suportar quaisquer custos de exploração e desenvolvimento, pelo que não se encontra em situação de incumprimento conforme falsamente alegado pela Timor Resources.
5. Pelo contrário, é a Timor Resources que se encontram em grave violação das suas obrigações contratuais ao se recusar a financiar a totalidade das operações petrolíferas.
6. Acresce que, desde novembro de 2022, a Timor Resources impediu a participação da Timor Gap nas reuniões da Comissão de Operações, e bloqueou o acesso da Timor Gap a qualquer informação geológica, técnica ou financeira, o que constitui igualmente uma violação grave das suas obrigações ao abrigo do JOA.
7. Fazemos notar que, durante a negociação dos referidos PSC e JOA, a Timor Resources produziu várias afirmações, incluindo por parte da respetiva CEO, assumindo o compromisso de suportar a totalidade das operações de pesquisa e desenvolvimento, afirmando dispor dos recursos financeiros para tal.
8. Por outro lado, a Timor Resources está obrigada perante o Estado de Timor-Leste a prosseguir as operações nos referidos Blocos nos termos do PSC, independentemente de qualquer disputa com a Timor Gap, não podendo suspender essas operações conforme terá sido anunciado pela Timor Resources.
9. Qualquer suspensão ou interrupção injustificada das operações resultaria numa violação grave do PSC que poderá resultar na rescisão desse contrato por parte do Estado de Timor-Leste.
10. Enquanto parceira da Timor Resources, a Timor Gap espera que a Timor Resources consiga reunir os recursos financeiros para prosseguir as atividades nos referidos Blocos e honrar as obrigações que assumiu, enquanto investidor estrangeiro, perante a Timor Gap e o Estado de Timor-Leste.

**PRESS RELEASE**

**Dili, 7 March 2023**

**Timor Resources response to TIMOR GAP press release of 3 March 2023**

Timor Resources unilaterally rejects TIMOR GAP's statement of 3 March 2023.

Timor Resources is a family owned company committed to helping the government and people of Timor-Lesté unlock their onshore hydrocarbon resources. The family that owns Timor Resources has over 50 years experience in the mining and resources sector, operating on 4 continents, in 9 countries with over 2,000 staff.

The current leadership of TIMOR GAP and its wholly owned subsidiary TIMOR GAP Onshore Block Unipessoal LDA have put at risk the commerciality of a vital oil and gas exploration project for the people and state of Timor-Leste with their dealings with Timor Resources in relation to this dispute.

Unlike TIMOR GAP, Timor Resources takes its responsibilities as to confidentiality very seriously however we cannot allow allegations that Timor Resources has made "false" claims to go unanswered. Further, Timor Resources categorically and unequivocally rejects any claim that it has been or is now in breach of any of its contractual obligations.

With our duty of confidentiality in mind Timor Resources will limit comments on the contracts between the parties. However, we can confirm Timor Resources has provided TIMOR GAP incontrovertible documentary evidence, signed and executed by TIMOR GAP's senior management and senior management of its subsidiaries absolutely confirming their obligation to fund their 50% share of operations once a "carry limit" had been reached. Despite this overwhelming and incontrovertible evidence TIMOR GAP and its subsidiaries have refused to meet their obligations.

For 3 years, whilst attempting to find a solution to TIMOR GAP's funding crisis, acting in the utmost good faith, Timor Resources continued to fund both their own and TIMOR GAP's share of operational expenses.

TIMOR GAP's current leadership has refused to engage in a constructive solution process leaving Timor Resources with no option but to commence a lengthy and costly legal process to force TIMOR GAP to meet its contractual obligations. Whilst this is an unfortunate development Timor Resources is very confident of a legal decision in our favour.

Timor Resources is the only onshore oil and gas operator in Timor-Lesté. It is our view that TIMOR GAP's complete inability to attract foreign investment capital through onshore blocks expressions of interest campaigns is directly related to the inflexibility of its current leadership.

As always, Timor Resources remains open to finding a mutually acceptable solution. We take this opportunity to thank the many stakeholders in government and business in Timor-Lesté who have provided support and honest advice to Timor Resources throughout this process.

Timor Resources reserves its rights to take action against the senior management of Timor Gap and its subsidiary as and when they see fit without further notice to either parties.

Except in the event Timor Resources is again required to issue a statement protecting its good name and standing we will make no further comment on this matter until the legal action has been completed.

----- ENDS -----